

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

274 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 22 a 26 de junho de 2026

1. PRESIDÊNCIA IRLANDESA DO CONSELHO DA UE	1
2. CONSELHO EUROPEU DE JUNHO - ANÁLISE	1
EPRS — TRABALHOS RECENTES COM INTERESSE PARA O QFP 2028-2034	2
3. EUROPOL E EUROJUST - DESENVOLVIMENTOS	3
Europol — oportunidade criminal, economia legal e novas ameaças digitais	3
Reforço da Europol	3
Eurojust	4
4. DIÁLOGO MONETÁRIO COM O BANCO CENTRAL EUROPEU	4
5. PARLAMENTO EUROPEU — ESCUDO EUROPEU DA DEMOCRACIA	5
6. PARTICIPAÇÃO CÍVICA NA UE — FERRAMENTAS DIGITAIS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	6
Principais conclusões	6
Opções de política pública	6
Avaliação global	7
7. ASSEMBLEIA PARLAMENTAR DO CONSELHO DA EUROPA	7
Geórgia	7
Ucrânia	8
8. REUNIÕES DO CONSELHO	8
Conselho Agricultura e Pescas	8
9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	8
Conselho Europeu	8
Parlamento Europeu	8
Comissão Europeia	8
Conselho da UE	8

1. PRESIDÊNCIA IRLANDESA DO CONSELHO DA UE

Na preparação da Presidência irlandesa do Conselho da União Europeia, que decorrerá entre 1 de julho e 31 de dezembro de 2026, a Presidente do Parlamento Europeu (PE), Roberta Metsola, e os líderes dos grupos políticos do PE deslocaram-se a Dublin, em 23 de junho, para reuniões com o Primeiro-Ministro irlandês, Micheál Martin, membros do Governo, representantes das duas câmaras do Parlamento irlandês — Dáil Éireann e Seanad Éireann — e a Presidente da Irlanda, Catherine Connolly. A visita, que tradicionalmente antecede o início de cada Presidência rotativa, teve como objetivo aproximar posições e preparar a cooperação política e legislativa entre o Conselho e o Parlamento Europeu ao longo do próximo semestre (detalhe [aqui](#)).

As conversações confirmaram as três grandes prioridades — competitividade, segurança e valores — já apresentadas na Síntese semanal n.º 272, sob o lema “*Strength with unity*” (*A União faz a força*). Como aí referido, a Irlanda pretende concentrar-se no aprofundamento do Mercado Interno e na execução do roteiro “*Uma Europa, um Mercado*”, na simplificação regulamentar, no reforço do investimento e da inovação, na segurança europeia em sentido amplo e na defesa do Estado de direito, da democracia e dos direitos fundamentais. A Presidência decorrerá, além disso, num contexto marcado pela continuação da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, pelo debate sobre o alargamento e pelas negociações do próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2028-2034.

Em Dublin, os líderes do PE e as autoridades irlandesas aprofundaram precisamente estes dossiês, com particular incidência na competitividade europeia, no próximo orçamento de longo prazo da União, nas relações externas, no alargamento, na segurança e na proteção dos valores fundamentais. Roberta Metsola salientou que a Irlanda assume a Presidência num “momento decisivo para a Europa”, devendo contribuir para reforçar a competitividade, fazer avançar o alargamento e alcançar um orçamento adequado a uma nova era.

A visita teve igualmente uma dimensão parlamentar própria. Os primeiros contactos entre a Conferência de Presidentes do PE e os membros das duas câmaras do *Oireachtas* (Parlamento irlandês) prepararam as reuniões interparlamentares previstas durante a Presidência irlandesa, reforçando a articulação entre o PE e os Parlamentos nacionais. A página da dimensão parlamentar da Presidência irlandesa está disponível [aqui](#). Micheál Martin apresentará formalmente o programa da Presidência aos Deputados ao PE, em sessão plenária, em Estrasburgo, no dia 7 de julho, seguindo-se a apresentação das prioridades setoriais pelos ministros irlandeses nas comissões parlamentares competentes.

2. CONSELHO EUROPEU DE JUNHO - ANÁLISE

Uma análise do Serviço de Estudos do Parlamento Europeu ([aqui](#)) confirma e complementa o balanço apresentado na Síntese n.º 273 sobre o Conselho Europeu de 18 e 19 de junho. A reunião ficou marcada pela adoção, pela primeira vez desde março de 2025, de conclusões sobre a Ucrânia apoiadas pelos 27 Estados-Membros, pela prorrogação das sanções contra a Rússia por 12 meses e pelo acolhimento favorável da abertura do primeiro grupo de capítulos das negociações de adesão da Ucrânia e da Moldávia. Os dirigentes apelaram ainda ao reforço da produção e entrega de equipamento militar, ao aprofundamento da cooperação industrial de defesa com a Ucrânia e à rápida adoção do 21.º pacote de sanções. No Médio Oriente, saudaram o memorando entre os Estados Unidos e o Irão, mas reiteraram sérias preocupações quanto à situação em Gaza, na Cisjordânia e no Líbano.

No plano económico, o EPRS destaca que o debate sobre o próximo QFP 2028-2034 aproximou os dirigentes de um acordo até ao final de 2026, cabendo à Presidência irlandesa apresentar uma negotiating box revista para o Conselho Europeu de outubro e fazer avançar um pacote equilibrado de novos recursos próprios. Mantiveram-se, porém, as divergências entre os defensores de um orçamento mais ambicioso e os Estados favoráveis à contenção das contribuições, bem como entre o reforço das novas prioridades — competitividade,

segurança e defesa — e a preservação da coesão e da agricultura. Quanto à **China**, os dirigentes convergiram numa abordagem de redução de riscos sem dissociação, combinando diálogo com Pequim, diversificação das relações comerciais e reforço dos instrumentos europeus de defesa comercial; decidiram igualmente acelerar a preparação da defesa europeia até 2030 e retomar, em outubro, os debates sobre competitividade, defesa e migração.

EPRS — TRABALHOS RECENTES COM INTERESSE PARA O QFP 2028-2034

No contexto da discussão sobre a dimensão, a arquitetura, as prioridades de despesa e o financiamento do próximo QFP 2028-34, destacam-se os seguintes trabalhos recentes do *think-tank* do PE:

- [Possible EU own resource based on a digital levy: Cross-border services trade, digital transformation and tax implications](#) — analisa a expansão dos serviços digitais transfronteiriços e as dificuldades em determinar o local de criação e tributação do valor, enquadrando a possível criação de um recurso próprio da UE baseado numa contribuição digital.
- [Could a digital services tax become an EU own resource? Revenue potential, policy trade-offs and strategic options](#) — avalia o potencial de receita, as opções de desenho e os principais compromissos políticos associados à transformação de um imposto sobre os serviços digitais num recurso próprio da União, num contexto de ausência de uma solução fiscal global.
- [Background information on the post-2027 MFF – June 2026](#) — compilação mensal de estudos, documentos institucionais e contributos de think tanks e partes interessadas relevantes para o acompanhamento, pela Comissão dos Orçamentos do PE, da negociação do QFP pós-2027.
- [Budgetary Implications of the Design and Implementation of the Proposed National and Regional Partnership Plans](#) — examina as implicações orçamentais dos futuros Planos Nacionais e Regionais de Parceria, incluindo as lições do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, o equilíbrio entre flexibilidade e previsibilidade e as garantias necessárias para investimentos de longo prazo e para a coesão social.
- [Investment needs identified in the Draghi and Letta reports and their implications for the EU budget](#) — confronta as necessidades de investimento e as lacunas identificadas nos relatórios Draghi e Letta com as propostas para o QFP 2028-2034, avaliando o contributo do orçamento europeu para a competitividade, a resiliência e a autonomia estratégica.
- [Navigating the RRF's final phase: European Commission's roadmap for completing the national recovery and resilience plans](#) — apresenta o estado de execução e os desafios da fase final do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, cuja experiência constitui uma referência central para o modelo de financiamento baseado no desempenho proposto para o próximo QFP.
- [Economic Outlook Quarterly: Europe's complex path through a shifting economic landscape](#) — enquadra a negociação orçamental no atual contexto económico e geopolítico, marcado por pressões inflacionistas, custos energéticos, limitações orçamentais nacionais e necessidades crescentes de investimento em defesa, competitividade e transição verde.

Estes trabalhos evidenciam três dimensões centrais da negociação: a necessidade de encontrar novas fontes de financiamento, a definição da arquitetura e governação dos futuros instrumentos orçamentais e a adequação dos recursos disponíveis às crescentes necessidades de investimento da União.

3. EUROPOL E EUROJUST - DESENVOLVIMENTOS

EUROPOL — oportunismo criminal, economia legal e novas ameaças digitais

A Europol publicou hoje a segunda edição do seu relatório de referência sobre criminalidade organizada, [*"Decoding the EU's most threatening criminal networks: Issue 2 – The blueprint of criminal opportunism"*](#), que traça um retrato ambivalente da luta contra o crime organizado na UE. Segundo a Europol, 76% das redes identificadas em 2024 deixaram de figurar entre as mais ameaçadoras, devido a fatores como ações de repressão policial, reavaliações do nível de ameaça ou possíveis reorganizações — uma queda que reduziu o total para 731 grupos, incluindo um "núcleo central" de 198 organizações que já constavam da lista de 2024. Por outro lado, a regeneração é constante: o relatório identifica novas redes a emergir continuamente, confirmando a tese central de que o crime organizado não opera em unidades isoladas, mas dentro de um ecossistema interligado e fluido, capaz de se reconstituir quase tão depressa quanto é desmantelado.

O relatório identifica esse padrão como um **"modelo de oportunismo"**: segundo a Europol, 85% dos grupos continuam a recorrer a estruturas empresariais legais para encobrir as suas atividades, *"motivados pelo lucro, procurando e explorando sistematicamente vulnerabilidades nos sistemas mundiais"*. A agência aponta a digitalização, a inovação tecnológica, o comércio global, a instabilidade geopolítica e a sobreposição crescente entre economia legal e ilegal como fatores que criam *"oportunidades criminosas numa escala sem precedentes"*. No total, as redes mapeadas envolvem cerca de 400 mil membros de 118 nacionalidades, ativos em todo o espectro do crime organizado internacional — tráfico de droga, cibercrime, tráfico de seres humanos, contrabando de migrantes, fraude e branqueamento de capitais.

Esta nova edição surge dois anos depois do [primeiro mapeamento da Europol](#), que tinha identificado mais de 800 redes transfronteiriças como as de maior risco para a UE, e deve ser lida em articulação com a [EU-SOCTA 2025 – The changing DNA of serious and organised crime](#), a avaliação estratégica quadrienal da Europol sobre crime organizado grave. Foi precisamente nesse contexto mais amplo que um [artigo do Financial Times de março de 2025](#) (assinantes) já assinalava como os grupos criminosos recorrem cada vez mais à inteligência artificial para ganhar *"velocidade, alcance e sofisticação"*, funcionando inclusive como *"proxies"* de potências hostis em ataques híbridos atribuídos à Rússia e à China — uma dinâmica que a então diretora executiva da Europol, Catherine De Bolle, descrevia como uma **"corrida ao armamento digital"**.

Esta preocupação com a IA como acelerador de ameaças extravasa o domínio do crime organizado e chega também à esfera da segurança nacional. Um [artigo do Financial Times de 22 de junho de 2026](#) (assinantes) relata um alerta conjunto e raro dos responsáveis de cibersegurança da parceria **Five Eyes** de partilha de informações e inteligência (EUA, Reino Unido, Canadá, Nova Zelândia e Austrália), que avisam que adversários armados com IA — sem nomear diretamente a Rússia ou a China — poderão conseguir desenvolver ataques capazes de ultrapassar as defesas de governos e empresas ocidentais "dentro de meses, não de anos". O comunicado ([aqui](#)) reconhece que o Ocidente mantém, por agora, uma vantagem nos chamados *"modelos de fronteira"* de IA, tanto para fins defensivos como ofensivos, mas alerta que essa margem pode não durar, pedindo às empresas que integrem ferramentas de IA nas suas operações de segurança sob pena de enfrentarem *"riscos crescentes e evitáveis"*. O aviso surgiu na sequência de incidentes já documentados — como um ataque bloqueado pela *Google Threat Intelligence Group* em maio, alegadamente concebido por atores ligados à Rússia através de IA — e poucos dias depois de os EUA terem ordenado à *Anthropic* que bloqueasse o acesso de cidadãos estrangeiros aos seus modelos mais avançados, por razões de segurança nacional.

Reforço da Europol

A Comissão Europeia apresentou, em 24 de junho, uma [proposta de revisão do mandato da Europol](#), destinada a reforçar a capacidade da agência para apoiar os Estados-Membros perante uma criminalidade cada vez mais transnacional, digital e tecnologicamente sofisticada. As novas regras preveem a automatização e aceleração da

partilha de informações, permitindo a colaboração em tempo real nas investigações, bem como a criação de uma infraestrutura europeia de computação em nuvem segura, escalável e soberana e de um Espaço Comum Europeu de Dados Policiais. Serão igualmente criados gabinetes de apoio da Europol nos Estados-Membros, compostos por agentes nacionais com experiência anterior na agência, e um polo de tecnologia e inovação, encarregado de identificar as necessidades comuns das autoridades policiais e apoiar investimentos conjuntos em investigação e capacidades críticas.

A reforma reforçará também a cooperação operacional da Europol com a Eurojust, a Procuradoria Europeia e outras agências da UE, bem como com países terceiros e organizações internacionais, mantendo-se, contudo, as investigações e o exercício de poderes coercivos sob responsabilidade das autoridades nacionais. A Comissão propõe, no âmbito do QFP 2028-2034, eleva o orçamento da agência para cerca de 3 mil milhões de euros e duplicar os seus efetivos, sujeito ao resultado das negociações interinstitucionais. Henna Virkkunen, Vice-Presidente Executiva da Comissão, sublinhou que os criminosos exploram as oportunidades do espaço digital e operam além-fronteiras “sem limitações”, pelo que a Europa deve conseguir “*responder mais rapidamente*” e “*partilhar informação de forma mais eficaz*”. Para o Comissário Magnus Brunner, a revisão transmite uma mensagem clara: “*a UE está determinada a antecipar-se à evolução das ameaças criminosas*”.

Eurojust

A revisão do mandato da Eurojust procura transformar a agência num interveniente mais proativo na coordenação judicial europeia. A Eurojust passará a poder agir por iniciativa própria para identificar ligações entre processos, antecipar necessidades de coordenação, ajudar a resolver conflitos de jurisdição e apoiar mais cedo as autoridades nacionais. O seu **mandato será alargado** a domínios emergentes, incluindo cibercriminalidade, violações das medidas restritivas da UE e violência baseada no género. A proposta prevê ainda processos decisórios mais ágeis, maior flexibilidade na cooperação com países terceiros e um sistema automatizado que permita identificar informação relevante nas bases de dados da Eurojust, da Europol e da Procuradoria Europeia.

A dimensão judicial do pacote inclui igualmente a revisão da Decisão Europeia de Investigação, para simplificar a obtenção transfronteiriça de provas, e a criação de uma Decisão Europeia de Participação à Distância, que permitirá a suspeitos, arguidos e vítimas participarem remotamente em audiências realizadas noutro Estado-Membro. Para executar o novo mandato, a Comissão prevê uma contribuição total da UE de cerca de 625 milhões de euros entre 2028 e 2034, incluindo um reforço de aproximadamente 119 milhões e a contratação gradual de 87 trabalhadores adicionais, bem como investimentos em ferramentas digitais e na Base de Dados de Provas de Crimes Internacionais. O Comissário Michael McGrath afirmou que a reforma permitirá que “a justiça responda com a mesma rapidez e agilidade que as redes criminosas que procura dismantelar”.

4. DIÁLOGO MONETÁRIO COM O BANCO CENTRAL EUROPEU

Em 22 de junho, Christine Lagarde, presidente do Banco Central Europeu, participou no diálogo monetário trimestral com a Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (ECON) do Parlamento Europeu, numa sessão dominada pelas pressões inflacionistas ligadas às tensões no Médio Oriente e à subida dos preços da energia. Lagarde mostrou-se confiante no regresso da inflação à meta de 2%, embora tenha reconhecido riscos ascendentes para a inflação e descendentes para o crescimento. Esta cautela está em linha com as projeções de junho do Eurosistema, divulgadas pelo BCE: a inflação homóloga deverá situar-se em média nos 3,0% em 2026, 2,3% em 2027 e 2,0% em 2028, com uma revisão em alta face a março devido a uma trajetória mais elevada dos preços da energia, que tende a contagiar os preços dos bens, serviços e alimentos. Já o crescimento económico

deverá ficar limitado a uma média de 0,8% em 2026, recuperando para 1,2% em 2027 e 1,5% em 2028 — uma revisão em baixa que reflete o impacto da guerra nos mercados de matérias-primas, nos rendimentos reais e na confiança.

A audição surgiu poucos dias depois de o [Conselho do BCE ter decidido, a 11 de junho, subir as taxas de juro de referência](#) em 25 pontos base, elevando a taxa da facilidade de depósito, a das operações principais de refinanciamento e a da facilidade de cedência de liquidez para 2,25%, 2,40% e 2,65%, respetivamente. Lagarde defendeu junto dos Deputados que esta subida era robusta em todos os cenários estudados pelo BCE, sublinhando que o Conselho não se compromete antecipadamente com uma trajetória específica para as taxas, seguindo antes uma abordagem dependente dos dados e reunião a reunião.

Os deputados questionaram-na sobretudo sobre a [capacidade do BCE para lidar com um cenário de estagflação](#), o impacto desigual da inflação nos preços alimentares e em diferentes grupos sociais, e a forma como as políticas comercial e de autonomia estratégica da UE podem influenciar os preços. O tema do euro digital também esteve em destaque: na véspera, a comissão ECON tinha [adotado a sua posição sobre o pacote da moeda única](#), com o regulamento de criação do euro digital aprovado por 43 votos a favor, 14 contra e 1 abstenção, prevendo limites à quantidade que cada pessoa pode deter e salvaguardas de privacidade como as provas de conhecimento zero. Questionada sobre o tema, Lagarde reiterou que as notas de banco estão para ficar e que, entre o euro digital e o dinheiro físico, um não exclui o outro.

5. PARLAMENTO EUROPEU — ESCUDO EUROPEU DA DEMOCRACIA

A Comissão Especial do Parlamento Europeu sobre o Escudo Europeu da Democracia (EUDS) aprovou, em 23 de junho, por 20 votos a favor, nove contra e duas abstenções, as suas [conclusões e recomendações](#), defendendo que o futuro Escudo deve dispor de instrumentos vinculativos, capacidades operacionais e sanções mais eficazes. O texto propõe a criação, através de um ato jurídico próprio, de um **Centro Europeu para a Resiliência Democrática**, dotado de orçamento específico, participação de todos os Estados-Membros e capacidade de gestão de crises. Identificando a **Rússia** como a principal ameaça externa à integridade democrática europeia — sem excluir atividades provenientes da *Bielorrússia*, *China*, *Irão* e *Coreia do Norte* —, os Deputados defendem o reforço das agências europeias, a eventual inclusão das ameaças híbridas no mandato da Europol, sanções contra os facilitadores financeiros e tecnológicos da desinformação e uma resposta coordenada a atos de sabotagem, ciberataques e ingerência eleitoral. O relator, Tomas Tobé (PPE, Suécia), salientou que estas ameaças são “*cada vez mais sofisticadas e coordenadas*” e que “*nenhum Estado-Membro pode combatê-las eficazmente sozinho*”.

No domínio digital e eleitoral, o [relatório](#) privilegia a aplicação efetiva das regras europeias já existentes, exigindo respostas mais rápidas das plataformas contra campanhas conduzidas por *bots*, a identificação clara de conteúdos sintéticos, maior transparência da publicidade digital e a exposição de campanhas encobertas de desinformação apoiadas por inteligência artificial. Propõe ainda classificar as infraestruturas eleitorais como críticas, combater deepfakes e anúncios fraudulentos, reforçar a proteção das candidatas e aplicar o princípio know your donor aos donativos em criptoativos. Para [proteger os meios de comunicação social e a sociedade civil](#), os Deputados defendem financiamento estável e de longo prazo, a aplicação da proibição de programas de espionagem ilegais, programas de literacia mediática — sobretudo para menores — e um financiamento ambicioso através do programa AgoraEU. O relatório inclui igualmente apoio específico aos países candidatos e vizinhos expostos à manipulação da informação e deverá ser submetido à votação do plenário do Parlamento Europeu em setembro.

6. PARTICIPAÇÃO CÍVICA NA UE — FERRAMENTAS DIGITAIS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

O estudo [EU civic engagement: The use of digital tools and AI to promote citizen participation in EU policymaking](#) foi publicado, em maio de 2026, pelo Serviço de Estudos do Parlamento Europeu — EPRS, a pedido do Painel para o Futuro da Ciência e Tecnologia — STOA, e analisa de que forma as ferramentas digitais e a inteligência artificial podem reforçar a participação dos cidadãos na elaboração das políticas da União.

O estudo combina revisão de literatura, o levantamento de 94 ferramentas digitais, a análise aprofundada de 11 casos e consultas a especialistas. Abrange instrumentos como a Iniciativa de Cidadania Europeia, as consultas públicas da Comissão e plataformas de participação, deliberação e redação colaborativa.

Principais conclusões

- A tecnologia não garante, por si só, uma participação democrática significativa. O fator decisivo é a existência de um mandato político claro e de uma ligação transparente entre os contributos dos cidadãos e as decisões adotadas.
- A ausência de retorno pode agravar a desconfiança. Quando as instituições não explicam como as propostas foram consideradas, os processos participativos podem gerar frustração e produzir efeitos contrários aos pretendidos.
- As ferramentas digitais aumentam o alcance, permitindo participação transnacional, multilingue e independente do local, e facilitando a recolha e análise de grandes volumes de contributos.
- Persistem riscos de exclusão. O acesso depende de equipamentos, conectividade, competências digitais e literacia, podendo reproduzir desigualdades sociais e geracionais. Os formatos digitais devem, por isso, complementar, e não substituir necessariamente, a participação presencial.
- A ferramenta deve ser escolhida em função do objetivo político. Inquéritos, fóruns, petições, simulações ou plataformas colaborativas produzem diferentes tipos de participação e resultados; não deve ser o processo democrático a adaptar-se à tecnologia disponível.
- A inteligência artificial tem ainda um papel essencialmente auxiliar, sobretudo na tradução, classificação, agrupamento e síntese de contributos. Pode facilitar processos deliberativos de grande escala, mas mantém riscos de enviesamento, erros, falta de transparência e perda de nuances.
- A supervisão humana continua a ser indispensável. A eficiência tecnológica não deve prevalecer sobre a transparência, a proteção de dados, a legitimidade institucional e a integridade democrática.
- O principal desafio é institucional, e não tecnológico. A participação só será efetiva se as instituições dispuserem de recursos, procedimentos e compromisso político para integrar os contributos dos cidadãos no ciclo decisório.

Opções de política pública

O estudo apresenta dez opções, que podem ser sintetizadas nos seguintes eixos:

1. Clarificar o mandato dos cidadãos, definindo previamente o grau de influência dos seus contributos e a forma como os resultados serão utilizados.
2. Institucionalizar a participação, incluindo a eventual criação de estruturas deliberativas permanentes e a integração destes mecanismos nos instrumentos europeus de governação democrática.

3. Inserir a participação em diferentes fases do ciclo político, desde a definição da agenda e preparação legislativa até à avaliação das políticas adotadas.
4. Estabelecer normas comuns de qualidade, relativas à representatividade, inclusão, acessibilidade, informação equilibrada, transparência e prestação de contas.
5. Definir uma ancoragem institucional clara, optando por uma gestão por uma única instituição ou por uma estrutura comum ao Parlamento Europeu, Conselho e Comissão.
6. Combinar participação digital e presencial, privilegiando, quando adequado, modelos híbridos que conciliem maior alcance com deliberação mais aprofundada.
7. Escolher uma arquitetura tecnológica adequada, entre uma ferramenta especializada, uma plataforma única, uma solução modular ou várias plataformas adaptadas a diferentes processos.
8. Adequar as funcionalidades aos objetivos, recorrendo a inquéritos para alcance alargado, fóruns para discussão, redação colaborativa para propostas comuns ou videoconferência para deliberação.
9. Adotar uma estratégia gradual para a IA, ponderando entre uma abordagem pioneira, a integração apenas de soluções já testadas ou uma atitude mais prudente, sempre com avaliação de riscos e controlo humano.
10. Garantir segurança, interoperabilidade e proteção de dados, incluindo alojamento de dados na UE, compatibilidade entre dispositivos, regras claras de identificação dos participantes e controlo de serviços tecnológicos externos.

Avaliação global

O EPRS conclui que as ferramentas digitais e a inteligência artificial podem tornar a elaboração das políticas europeias mais aberta, inclusiva e responsiva. O seu valor dependerá, contudo, da capacidade das instituições para transformar a participação numa componente efetiva da decisão política. Sem mecanismos claros de acompanhamento e responsabilização, existe o risco de criar apenas uma aparência de participação; com um desenho institucional adequado, estas ferramentas poderão reforçar a confiança dos cidadãos e a legitimidade democrática da União. Aqui pode ser encontrado o [texto integral do estudo](#).

7. ASSEMBLEIA PARLAMENTAR DO CONSELHO DA EUROPA

Geórgia

A Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa advertiu, numa [resolução adotada em 24 de junho](#) por 83 votos a favor, cinco contra e quatro abstenções, que a continuação da degradação democrática na Geórgia — marcada pela repressão da sociedade civil, da oposição e das vozes críticas — poderá conduzir, «*na prática, a uma ditadura de partido único*», incompatível com a qualidade de membro do Conselho da Europa. A resolução teve origem num [relatório apresentado pela Deputada portuguesa Edite Estrela \(PS/SOC\), em conjunto com Sabina Ćudić \(ADLE, Bósnia e Herzegovina\)](#), que concluiu que nenhuma das recomendações urgentes formuladas anteriormente tinha sido aplicada e que o agravamento da situação suscita «sérias dúvidas» quanto à vontade das autoridades georgianas de respeitarem as obrigações assumidas perante o Conselho da Europa. A Assembleia apelou à utilização de todos os instrumentos disponíveis, incluindo o artigo 52.º da Convenção Europeia dos Direitos Humanos, e convidou os Estados-Membros a ponderarem processos interestaduais perante o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, mantendo, ainda assim, a disponibilidade para um diálogo «aberto e construtivo» com as autoridades georgianas.

Ucrânia

O **Deputado Ricardo Carvalho** (PSD/PPE) foi nomeado relator da [Comissão de Monitorização da APCE](#) para a Ucrânia. Nesta qualidade, acompanhará a evolução da situação política e institucional do país, avaliará o cumprimento das obrigações e compromissos assumidos perante o Conselho da Europa em matéria de democracia, Estado de direito e direitos humanos e apresentará relatórios e recomendações à APCE.

8. REUNIÕES DO CONSELHO

As reuniões do Conselho neste período podem ser consultadas [aqui](#). Destacamos:

Conselho Agricultura e Pescas

Os Ministros da Agricultura da União Europeia reconheceram, na [reunião de 23 de junho](#), no Luxemburgo, progressos na negociação da PAC 2028-2034, mas deixaram por resolver o equilíbrio entre uma política comum e a flexibilidade nacional. O Comissário Christophe Hansen alertou que as propostas em discussão dão *"um lugar excessivo à flexibilidade, em detrimento do caráter comum da política"*, tornando facultativas medidas hoje obrigatórias — transição ambiental, degressividade dos pagamentos, apoio a pequenos agricultores e instalação de jovens agricultores. Embora aberto a rever a degressividade e o plafonamento, insistiu que *"sem regras comuns nem uma política mais bem orientada, enfraquecemos a justificação para um orçamento substancial"*.

As divergências nacionais mantiveram-se: a França defendeu maior cofinanciamento europeu e travou a remuneração da mera condicionalidade; Portugal rejeitou uma definição europeia de *"agricultor ativo"*, pediu margem nacional para a formação de jovens agricultores e quer os planos de transição facultativos, alertando — tal como Espanha — para o risco de renacionalização da PAC pela ausência de limites ao cofinanciamento setorial; a Itália recusou que a PAC seja *"variável de ajustamento orçamental"*; e a Polónia opôs-se à integração da PAC noutras políticas. As negociações continuam sob a Presidência irlandesa, entre julho e dezembro de 2026.

9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Conselho Europeu

A agenda do Presidente desta instituição, António Costa, está disponível [aqui](#).

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada aos grupos políticos e às [Comissões parlamentares do PE](#).

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) será a [7 de julho](#), destacando-se o Plano de Ação sobre Cibersegurança e Inteligência Artificial.

Conselho da UE

O [calendário](#) está disponível: 29/06 - [Conselho \(EPSCO\) sobre Política Social](#).

Bruxelas | 26 de junho de 2026

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE (página dedicada [aqui](#)).

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) e [aqui](#) (base pesquisável)